


RESULTADOS DAS POLÍTICAS DE ENSINO MÉDIO NO BRASIL: ANÁLISE DOS INDICADORES DEMOGRÁFICOS E EDUCACIONAIS ENTRE 1995 E 2022**RESULTS OF HIGH EDUCATION POLICIES IN BRAZIL: ANALYSIS OF DEMOGRAPHIC AND EDUCATIONAL INDICATORS BETWEEN 1995 AND 2022** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.050-018>**Zilka Sulamita Teixeira Maia**Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo
E-mail: zilkas.teixeira@gmail.com**Wagner dos Santos**Doutor em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo
E-mail: wagner.santos@ufes.br**RESUMO**

Este estudo buscou **analisar os resultados das políticas educacionais a partir de indicadores educacionais e demográficos relacionados ao ensino médio brasileiro, tendo em vista o modo de regulação do Estado brasileiro em curso no período compreendido entre 1995 e 2022**. Para a análise do objeto em seu movimento histórico e atual, orientamo-nos pelo pensamento crítico de base marxista. O percurso metodológico baseou-se na pesquisa bibliográfica e documental de abordagem quanti-qualitativa, buscando perceber a realidade em movimento constante, ora de manutenção, ora de ruptura das políticas. Os indicadores de 1995 a 2022 evidenciaram que no ensino médio, houve ampliação de 52,7 pontos percentuais na adequação idade-etapa da população de 15 a 17 anos; ampliação das matrículas em 66,5% e dos concluintes em 212%.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Acesso à educação superior; Regulação estatal; Indicadores.

ABSTRACT

This study sought **to analyze the results of educational policies based on educational and demographic indicators related to Brazilian secondary education, taking into account the Brazilian State's current regulation mode in the period between 1995 and 2022**. To analyze the object in its historical and current movement, we were guided by Marxist-based critical thinking. The methodological path was based on bibliographical and documentary research with a quantitative-qualitative approach, seeking to understand the reality in constant movement, sometimes in maintenance, sometimes in rupture of policies. The indicators from 1995 to 2022 showed that in secondary education, there was an increase of 52.7 percentage

points in the age-stage adequacy of the population aged 15 to 17; increase in enrollment by 66.5% and in graduates by 212%.

Keywords: Educational policies; Access to higher education; State regulation; Indicators.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a educação não tem possibilitado, de modo geral, aos indivíduos, o acesso a todas as etapas, níveis, formas e modalidades de ensino, produzindo modos diferenciados de socialização e trajetórias escolares distintas. Esse processo, característico de um país inserido no conjunto das nações periféricas, reproduz, no sistema educacional, a mesma lógica de subordinação presente em outras dimensões da vida social, culminando em inserções sociais desiguais.

Quais foram os resultados das políticas educacionais voltadas ao ensino médio no período entre 1995 e 2022?

Essa questão orientou este estudo, que buscou analisar os resultados das políticas educacionais a partir de indicadores educacionais e demográficos relacionados ao ensino médio brasileiro, considerando o modo de regulação do Estado brasileiro vigente no período de 1995 a 2022.

Parte-se do reconhecimento de que a análise de indicadores é fundamental para a compreensão dos fenômenos educacionais, uma vez que esses se constituem em instrumentos relevantes para a avaliação dos resultados das políticas educacionais.

Reconhece-se, ainda, que as políticas nacionais se materializam de diferentes formas nas unidades federativas, impactando, em maior ou menor grau, as redes de ensino, a depender de uma combinação de fatores que envolve a administração, o nível de autonomia, o financiamento, os recursos, entre outros aspectos.

Ademais, Teixeira (2024) afirma que, a análise das políticas implementadas nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), indicam distintos modos de regulação exercidos pelo Estado brasileiro, liberal-conservadora, progressista-conciliadora e conservadora de desmonte.

Desse modo, adotou-se a pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem quanti-qualitativa, com o objetivo de apreender a realidade educacional como um processo em constante movimento, marcado tanto pela manutenção quanto pela ruptura das políticas referentes à última etapa da educação básica.

Assim, procedeu-se à análise dos dados apresentados nas seções seguintes: a adequação idade-etapa da população na faixa etária de 15 a 24 anos, nos anos de 1995 e 2022 (seção 1); e os indicadores do ensino médio no Brasil, considerando matrículas e concluintes por rede de ensino e categoria administrativa

(pública ou privada), ao longo do período de 1995 a 2022, evidenciando os resultados das políticas educacionais brasileiras em diferentes períodos, governos e projetos de país e de educação.

2 TEORIA E MÉTODO DE PESQUISA

Operamos as análises acerca do nosso objeto, tendo como princípio a necessidade de compreensão dialética da totalidade da regulação das políticas educacionais que reformaram o ensino médio, considerando as possíveis relações de autonomia e/ou de determinação entre a totalidade das políticas globais e hegemônicas e a democratização do acesso à educação superior, tendo em vista o contexto em que os dispositivos reformadores da educação brasileira foram promulgados.

Entendemos que a compreensão sobre como tem ocorrido historicamente o acesso à educação superior perpassa também as políticas da educação básica, fundamentalmente as do ensino médio, visto que essa etapa se consolida como ponto de inflexão na inserção educacional dos seus egressos.

Por isso, buscamos analisar os fenômenos em seu movimento real e em sua relação com outros fenômenos. Por isso, teórico-metodologicamente intencionamos compreender o fluxo escolar do ensino médio, buscando compreender as relações que se estabelecem entre essa etapa e totalidade do sistema educacional brasileiro.

Nessa concepção, a realidade estudada deve ser compreendida como um conjunto de processos que se relacionam dialeticamente. Assim, os fenômenos não são analisados na qualidade de objetos fixos, mas em movimento. Como nenhum fenômeno está acabado, mas em vias de se transformar, de se desenvolver, o fim de um processo constitui-se no início de outro. Ao mesmo tempo, as coisas e os fenômenos não existem isolados, mesmo que destacados uns dos outros e independentes, formam um todo coerente, orgânico, interdependente, que se condiciona de forma recíproca. Logo, todos os aspectos da realidade prendem-se por laços necessários e recíprocos (Marconi; Lakatos, 2003).

Nessa perspectiva, as análises sobre determinada realidade devem ser precedidas da análise das condições que a determinam e, por conseguinte, das condições que a explicam, porque a totalidade é um complexo geral estruturado e historicamente determinado, que emerge das mediações e transições múltiplas pelas quais suas partes específicas estão relacionadas numa série de inter-relações e determinações recíprocas que variam e que se modificam (Lima, 2016).

Partindo desses pressupostos teóricos, que nos forneceram a base lógica sobre a qual elaboramos nossas análises, implementamos uma pesquisa descritiva e explicativa, baseada na análise documental dos indicadores educacionais do período compreendido entre os anos de 1995 e 2022, buscando as fontes nos sítios oficiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo Gil (2010), a pesquisa explicativa é uma modalidade de pesquisa que busca explicar suas causas ou razões. De acordo com o autor, a pesquisa explicativa é um tipo de pesquisa muito utilizado em ciências sociais e humanas, especialmente em estudos de natureza qualitativa. “A pesquisa explicativa tem como principal objetivo identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Seu foco está em explicar por que e como os fenômenos ocorrem” (Gil, 2010, p. 28).

Assim, esse tipo de pesquisa permite mais do que a descrição dos fenômenos, visto que busca compreender as causas e os fatores subjacentes que explicam a ocorrência de um determinado fenômeno, identificando e analisando as relações de causa e efeito entre as variáveis estudadas.

Tendo em vista o objetivo desta etapa, buscamos uma abordagem qualitativa e quantitativa, uma vez que as duas se complementam, permitindo a exploração do movimento da realidade estudada. Por isso, operacionalizamos a pesquisa por meio de procedimentos que nos permitissem compreender as contradições históricas e atuais existentes no sistema educacional brasileiro e os movimentos de transformação da sociedade brasileira indicados por meio dos dispositivos contenedores ou ampliadores do acesso à educação superior.

Decerto, a combinação das abordagens qualitativa e quantitativa proporciona a triangulação dos dados, possibilitando a confirmação e/ou validação das descobertas a partir da comparação de resultados, da mensuração das tendências e da exploração dos aspectos subjetivos. Além disso, essa combinação pode revelar convergências e divergências entre os dados, fornecendo uma compreensão mais aprofundada da totalidade.

Assim, combinamos a análise dos dados, asseverando, como Gatti (2004), que

[...] todas as medidas são arbitradas, criadas, inventadas e não podem ser tomadas como sendo a própria natureza das coisas; isto também se aplica as categorias dos estudos de análise de conteúdo e outras análises dos modelos qualitativos. O que se procura ao criar uma tradução numérica ou categorial de fatos, eventos, fenômenos, é que esta tradução tenha algum grau de validade racional, teórica, no confronto com a dinâmica observável dos fenômenos (Gatti, 2004, p. 15).

Desse modo, assumimos que os números têm propriedades que delimitam as operações que podem ser feitas e que deixam claro o seu alcance; ao mesmo tempo, as boas análises de dados quantitativos dependem de boas perguntas e da perspectiva epistêmica na abordagem do problema, as quais guiam as análises e as interpretações (Gatti, 2004, p. 13)

Tendo em vista o percurso metodológico planejado, procedemos a uma análise documental para obtenção de informações precisas e detalhadas sobre o acesso à educação superior pública brasileira, objetivando uma averiguação aprofundada sobre esse fenômeno.

Optamos por uma abordagem sistemática para garantir a validade dos resultados obtidos, tomando como fontes: as Sinopses Estatísticas da Educação Básica de 1995 a 2022; os Microdados dos Censos da

Educação Básica de 1995 a 2022; Relatórios do Inep e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) dos anos de 1995 e de 2022.

Os indicadores demográficos foram organizados a partir dos arquivos disponíveis no sítio oficial do IBGE. Os dados foram filtrados ou buscados de modo que apenas os habitantes com idade entre 15 e 17 anos fossem considerados para a análise do ensino médio. Os dados foram complementados por outras informações indisponíveis para *download* no mesmo sítio (Pnad 2022). Foram efetuados cálculos para efeito de produção de análise da proporção das categorias em relação ao todo em 1995, visto que a publicação correspondente trazia dados absolutos.

Os indicadores educacionais apresentados foram organizados a partir das Sinopses e dos Microdados baixados ano a ano do site do Inep. Foram acessadas as planilhas correspondentes aos dados que seriam examinados na pesquisa e organizadas as planilhas específicas. As Sinopses Estatísticas do Censo foram utilizadas como fonte principal e os Microdados como fontes de conferência em caso de dúvidas. O indicador de conclusão do ensino médio deixou de compor a Sinopse Estatística da Educação Básica a partir de 2006, por isso, os dados apresentados foram solicitados ao Inep e não extraídos das fontes supracitadas.

Os dados foram guardados em pastas específicas sobre o ensino médio e sobre a educação superior. Elaboramos planilhas eletrônicas (*Excel da Microsoft*), trazendo em colunas, as informações do ensino médio, a saber: número de pessoas em 1995 com idade entre 15 e 17 anos no Brasil e número de pessoas com esta idade cursando o ensino médio; número de matrículas totais no ensino médio entre 1995 e 2022, por categoria administrativa; e, número de concluintes totais do ensino médio entre 1995 e 2022, por categoria administrativa.

Para a geração de gráficos, utilizamos a indicação do próprio editor de planilhas, inserindo, sempre que possível, os números absolutos. Desse modo, os indicadores educacionais e demográficos foram sistematizados, apresentando a trajetória do período estudado e a triangulação de dados, na qual buscamos evidenciar a materialidade das políticas em sua implementação nacional.

3 ANÁLISE DOS INDICADORES E RESULTADOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NACIONAIS DE ENSINO MÉDIO ENTRE 1995 E 2022

Para compreender as políticas de educacionais que reformaram ou ajustaram o ensino médio a um contexto político, econômico e social específico, procedemos a uma revisão da literatura para captar a percepção da comunidade científica acerca das políticas implementadas no ensino médio. Analisamos um conjunto de obras que trouxe importantes críticas acerca da última etapa da educação básica.

Em primeiro lugar, há um consenso geral sobre a importância estratégica do ensino médio na estrutura educacional brasileira e seu papel na democratização do acesso à educação. Os autores

reconhecem a relevância desse nível de ensino no contexto educacional e discutem suas transformações ao longo do tempo, especialmente durante os anos de 1990 e as políticas implementadas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Michel Temer.

Os autores destacam a relação entre as reformas do ensino médio e suas relações com questões mais amplas, como o acesso à educação superior, a privatização do ensino, as desigualdades sociais e as políticas educacionais. Eles apontam para a função do ensino médio e sobre suas recorrentes mudanças, ora propedêutico, ora profissionalizante e para os impactos dessas mudanças no que se refere à dualidade educacional.

O estudo de Zibas (2005) analisa a história do ensino médio e suas políticas durante os anos de 1990, destacando avanços e retrocessos. O autor foca nas políticas implementadas durante o governo Lula, identificando inovações e contradições, particularmente aquelas que refletem a oposição às políticas anteriores. Silva Júnior, Lucena e Ferreira (2011) contribuem para o entendimento da relação entre ensino médio e ensino superior, destacando a crescente profissionalização e privatização do setor educacional brasileiro. Os autores discutem a dualidade entre esferas profissional e propedêutica, bem como entre as esferas pública e privada, argumentando que essas mudanças refletem uma reorganização institucional em direção a um regime de acumulação financeira.

Nesse sentido, Nosella (2015) argumenta que o ensino médio não deve ser considerado uma etapa intermediária entre o ensino fundamental e a universidade ou o mercado. Além disso, contesta a utilização de textos de Antônio Gramsci para justificar a profissionalização precoce no ensino médio, defendendo uma reforma profunda do ensino médio regular.

A pesquisa de Pochman e Ferreira (2016) dedicou-se à análise das políticas de democratização da escolarização dos jovens, destacando a inclusão dos jovens na educação básica e superior. Para tanto, argumentam que essas políticas refletem uma adaptação da educação brasileira à lógica da competitividade no capitalismo global, com foco na inclusão e exclusão de direitos à cidadania.

Ferreira (2017), por sua vez, discute a contrarreforma do ensino médio proposta pelo governo de Michel Temer, argumentando que ela perpetua desigualdades escolares e é impulsionada por interesses privatistas. O autor compara essa reforma com políticas anteriores, destacando semelhanças em sua abordagem e consequências.

Na mesma direção, Cunha (2017) analisa a reforma do ensino médio proposta pela Medida Provisória (MP) nº 746/2016, relacionando-a a políticas anteriores que visavam conter a demanda pelo ensino superior. O autor destaca a centralização empresarial e a concentração de capital como resultado dessa reforma. Motta e Frigotto (2017), também partindo da análise da MP, argumentam que ela reflete uma regressão teórica e política. Os autores relacionam essa reforma a retrocessos na educação básica e na administração da questão social.

Kuenzer (2017), por sua vez, analisa a reforma do ensino médio à luz do regime de acumulação flexível, destacando sua flexibilização e os impactos ontológicos e epistemológicos dessa mudança. Além disso, a autora contrasta as concepções de conhecimento e aprendizagem da modernidade e pós-modernidade, analisando o papel do aluno e do professor nesse contexto.

Os autores fazem uma análise crítica das reformas produzidas e apontam avanços que indicaram possibilidade de superação da dualidade, bem como retrocessos que perpetuam desigualdades e privilegiam interesses privatistas em detrimento do bem-estar social.

Os estudos também levantam questões importantes sobre os fundamentos teóricos e políticos das reformas educacionais, discutindo conceitos como acumulação flexível, equidade de acesso e o papel do Estado na promoção da educação pública. Essas análises contribuem para um entendimento de como as reformas do ensino médio no Brasil têm trazido implicações significativas na vida dos estudantes brasileiros, especialmente no que se refere ao acesso à educação superior.

Buscando analisar os resultados das políticas educacionais a partir de indicadores educacionais e demográficos relacionados ao ensino médio brasileiro, tendo em vista o modo de regulação do estado brasileiro em curso no período compreendido entre 1995 e 2022, buscamos apresentar os dados organizados a partir das fontes selecionadas para este estudo, bem como nossas análises e considerações acerca da trajetória dos indicadores educacionais e demográficos ao longo do período.

3.1 ADEQUAÇÃO IDADE-ETAPA PARA PESSOAS ENTRE 15 E 17 ANOS DE IDADE NO BRASIL EM 1995 E EM 2022

Segundo dados do IBGE¹, em 1995 e em 2022, o Brasil possuía 10.047.000 e 9.159.000 pessoas com idade entre 15 e 17 anos, respectivamente, indicando decréscimo de 8,9% da população nessa faixa etária. O quadro 1 apresenta o percentual dessa população frequentando ou concluinte do ensino médio (15 a 17 anos).

Quadro 1 - Adequação idade-etapa para pessoas entre 15 e 17 anos de idade no Brasil em 1995 e em 2022

Adequação idade-etapa para pessoas entre 15 e 17 anos de idade (%)	
15 a 17 anos de idade (ensino médio)	
Ano	Frequenta escola na etapa adequada ou já concluiu a etapa
1995	22,5
2022	75,2

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do IBGE.

O quadro 1 evidencia a adequação idade-etapa da população de 15 a 17 anos, indicando que o número entre o último ano da análise e o primeiro triplicou, de 1995 (2.255.000) para 2022 (6.869.000).

¹ Os dados disponibilizados na Pnad Contínua 2022 indicam a população em grupos de mil pessoas. Metodologicamente optamos por apresentar os dados de 1995 em grupos de mil pessoas também.

Considerando a relação entre população total e população na etapa, os dados indicam crescimento de 52,7 pontos percentuais.

Esse crescimento pode ser compreendido tendo em vista a implementação de políticas de ampliação do direito à educação básica. Nesse sentido, destacam-se a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e a ampliação da abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, advinda da EC nº 59/2009, a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Lei nº 11.494/2007), e, também, do seu antecessor, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, que destravou o fluxo escolar na educação básica e impulsionou a ampliação para toda a educação básica.

Corroborando essa afirmativa, a Pnad informou que em 2009 havia 3.887 mil pessoas com idade entre 15 e 17 anos no ensino médio, o que representa 37% da população total desse grupo etário (10.399.000), evidenciando crescimento entre 1995 e 2009, de 15 pontos percentuais (de 22% para 37% da população no grupo etário) num intervalo de 14 anos. Quando analisamos o intervalo entre 2009 e 2022, observamos crescimento dessa população de 38 pontos percentuais (de 37% para 75% da população no grupo etário) num período menor, 13 anos.

Outrossim, o Plano Nacional de Educação vigente, estabelece na meta 3, a elevação da taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) até o ano de 2024. Considerando que o crescimento entre 2022 e 2024 seguirá padrão semelhante ao período de 2009 a 2022, a tendência é atingir entre 80 e 81%.

Entretanto, a análise dos dados do relatório do quarto ciclo de monitoramento do PNE, publicado em 2022, indica que houve decréscimo do percentual de 2021 em relação a de 2020, 74,5% e 76,6%; e, de 2020 em relação a 2019, 74,5% e 72,7% (Inep, 2022). O marco temporal 2020-2022 compreende o período da pandemia da Covid-19, o que pode explicar o decréscimo.

Essa análise nos permite afirmar que apesar dos avanços obtidos pelas políticas mais recentes de universalização da educação básica, ainda há um caminho longo a ser percorrido rumo à democratização do acesso. Inferimos, que os resultados dessas políticas de democratização elevaram a escolarização da população na idade de referência, impactando a mobilidade social. Contudo, esse movimento provocou a reação das elites brasileiras, que se mobilizaram para que fosse criado um ambiente político favorável à implementação de políticas conservadoras que contornassem e contivessem os resultados das políticas progressistas, assegurando, assim, seu acesso restrito e privilegiado à educação superior.

3.2 MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO ENTRE 1995 E 2022

A análise das matrículas no ensino médio brasileiro entre 1995 e 2022 aponta um crescimento de 66,5%, passando de 5.374.831 para 8.949.302. A partir de 2007 nota-se um crescimento expressivo das

matrículas, que associamos à implementação de políticas progressistas que visavam ampliar o acesso e melhorar a qualidade desta etapa da educação básica. A partir de 2011, é possível notar o declínio da rampa de crescimento, que pode ser atribuído a elevação da escolaridade da população.

Para uma aproximação maior desse fenômeno, no quadro 2, apresentamos detalhadamente os dados organizados a partir do censo da educação básica referentes às matrículas na última etapa desse nível educacional.

Quadro 2 - Matrículas no ensino médio por rede de ensino, dependência administrativa e modalidade

Ano do Censo	Rede de Ensino	Dependência Administrativa	Matrículas	
			Ensino Médio Regular	Educação de Jovens e Adultos
1995²	Matrículas Públicas e Privadas		5.374.831	
1995	Pública	Federal	113.312	-
1995	Pública	Estadual	3.808.326	-
1995	Pública	Municipal	288.708	-
1995	Privada	Particular	1.164.485	-
1996	Matrículas Públicas e Privadas		4.867.233	
1996	Pública	Federal	110.291	0
1996	Pública	Estadual	3.245.847	169.352
1996	Pública	Municipal	291.252	13.103
1996	Privada	Particular	899.813	137.575
1997	Matrículas Públicas e Privadas		5.386.207	
1997	Pública	Federal	128.216	648
1997	Pública	Estadual	3.617.860	213.967
1997	Pública	Municipal	339.137	17.333
1997	Privada	Particular	951.965	117.081
1998	Matrículas Públicas e Privadas		5.790.628	
1998	Pública	Federal	121.289	225
1998	Pública	Estadual	4.031.561	310.309
1998	Pública	Municipal	292.567	19.076
1998	Privada	Particular	885.605	129.996
1999	Matrículas Públicas e Privadas		5.964.283	
1999	Pública	Federal	120.833	538
1999	Pública	Estadual	4.142.701	410.266
1999	Pública	Municipal	258.150	22.072
1999	Privada	Particular	873.979	135.744
2000	Matrículas Públicas e Privadas		5.795.895	
2000	Pública	Federal	111.225	1.617
2000	Pública	Estadual	3.949.016	545.941
2000	Pública	Municipal	238.917	26.805
2000	Privada	Particular	754.509	167.865
2001	Matrículas Públicas e Privadas		5.241.349	
2001	Pública	Federal	86.089	566
2001	Pública	Estadual	3.495.698	622.058

² A sinopse estatística de 1995 não apresenta as matrículas na Educação de Jovens e Adultos - Nível Médio e no Ensino Médio Profissionalizante separadamente.

RESULTADOS DAS POLÍTICAS DE ENSINO MÉDIO NO BRASIL: ANÁLISE DOS INDICADORES DEMOGRÁFICOS E EDUCACIONAIS ENTRE 1995 E 2022

2001	Pública	Municipal	191.252	27.015
2001	Privada	Particular	632.967	185.704
2002	Matrículas Públicas e Privadas		5.553.120	
2002	Pública	Federal	77.699	548
2002	Pública	Estadual	3.621.984	842.943
2002	Pública	Municipal	182.487	37.814
2002	Privada	Particular	584.358	205.287
2003	Matrículas Públicas e Privadas		5.850.886	
2003	Pública	Federal	71.346	354
2003	Pública	Estadual	3.827.932	998.401
2003	Pública	Municipal	173.997	41.844
2003	Privada	Particular	554.182	182.830
2004	Matrículas Públicas e Privadas		6.218.868	
2004	Pública	Federal	60.346	316
2004	Pública	Estadual	4.034.972	1.242.040
2004	Pública	Municipal	162.217	46.823
2004	Privada	Particular	505.872	166.282
2005	Matrículas Públicas e Privadas		6.356.023	
2005	Pública	Federal	61.706	429
2005	Pública	Estadual	4.155.600	1.286.281
2005	Pública	Municipal	161.041	47.384
2005	Privada	Particular	498.558	145.024
2006	Matrículas Públicas e Privadas		6.389.548	
2006	Pública	Federal	66.491	814
2006	Pública	Estadual	4.175.332	1.336.515
2006	Pública	Municipal	159.759	48.638
2006	Privada	Particular	481.806	120.193
2007	Matrículas Públicas e Privadas		9.991.593	
2007	Pública	Federal	69.154	5.694
2007	Pública	Estadual	7.240.139	1.459.839
2007	Pública	Municipal	163.855	58.007
2007	Privada	Privada	899.027	95.878
2008	Matrículas Públicas e Privadas		10.020.327	
2008	Pública	Federal	82.201	8.998
2008	Pública	Estadual	7.177.843	1.476.968
2008	Pública	Municipal	136.281	57.868
2008	Privada	Privada	972.543	107.625
2009	Matrículas Públicas e Privadas		9.905.709	
2009	Pública	Federal	90.531	11.690
2009	Pública	Estadual	7.163.393	1.401.379
2009	Pública	Municipal	110.871	53.709
2009	Privada	Privada	973.628	100.508
2010	Matrículas Públicas e Privadas		9.786.028	
2010	Pública	Federal	101.860	14.530
2010	Pública	Estadual	7.177.440	1.273.776
2010	Pública	Municipal	91.124	45.780
2010	Privada	Privada	988.223	93.295
2011	Matrículas Públicas e Privadas		9.766.397	
2011	Pública	Federal	115.069	14.935
2011	Pública	Estadual	7.183.345	1.206.758
2011	Pública	Municipal	80.906	43.792
2011	Privada	Privada	1.022.509	99.083
2012	Matrículas Públicas e Privadas		9.724.157	

2012	Pública	Federal	126.850	14.579
2012	Pública	Estadual	7.112.143	1.200.096
2012	Pública	Municipal	72.354	43.111
2012	Privada	Privada	1.066.595	88.429
2013	Matrículas Públicas e Privadas		9.639.365	
2013	Pública	Federal	138.314	13.606
2013	Pública	Estadual	7.047.473	1.168.937
2013	Pública	Municipal	62.829	40.328
2013	Privada	Privada	1.065.432	102.446
2014	Matrículas Públicas e Privadas		9.610.426	
2014	Pública	Federal	146.733	12.186
2014	Pública	Estadual	7.027.197	1.147.544
2014	Pública	Municipal	56.560	37.203
2014	Privada	Privada	1.070.890	112.113
2015	Matrículas Públicas e Privadas		9.385.408	
2015	Pública	Federal	155.925	11.178
2015	Pública	Estadual	6.819.430	1.120.438
2015	Pública	Municipal	50.893	33.683
2015	Privada	Privada	1.049.902	143.959
2016	Matrículas Públicas e Privadas		9.509.679	
2016	Pública	Federal	171.566	11.088
2016	Pública	Estadual	6.897.145	1.215.514
2016	Pública	Municipal	49.715	35.222
2016	Privada	Privada	1.014.614	114.815
2017	Matrículas Públicas e Privadas		9.356.196	
2017	Pública	Federal	191.523	11.993
2017	Pública	Estadual	6.721.181	1.247.621
2017	Pública	Municipal	47.368	36.216
2017	Privada	Privada	970.312	129.982
2018	Matrículas Públicas e Privadas		9.147.762	
2018	Pública	Federal	209.358	12.256
2018	Pública	Estadual	6.527.074	1.259.773
2018	Pública	Municipal	41.460	32.019
2018	Privada	Privada	932.037	133.785
2019	Matrículas Públicas e Privadas		8.801.976	
2019	Pública	Federal	224.113	13.627
2019	Pública	Estadual	6.266.820	1.164.906
2019	Pública	Municipal	40.565	28.696
2019	Privada	Privada	934.393	128.856
2020	Matrículas Públicas e Privadas		8.803.333	
2020	Pública	Federal	233.330	13.170
2020	Pública	Estadual	6.351.444	1.113.856
2020	Pública	Municipal	40.030	25.467
2020	Privada	Privada	925.949	100.087
2021	Matrículas Públicas e Privadas		9.007.750	
2021	Pública	Federal	229.948	11.465
2021	Pública	Estadual	6.562.930	1.090.643
2021	Pública	Municipal	42.521	25.734
2021	Privada	Privada	935.158	109.351
2022	Matrículas Públicas e Privadas		8.949.302	
2022	Pública	Federal	232.121	10.629
2022	Pública	Estadual	6.622.359	933.915
2022	Pública	Municipal	40.739	22.280

RESULTADOS DAS POLÍTICAS DE ENSINO MÉDIO NO BRASIL: ANÁLISE DOS INDICADORES DEMOGRÁFICOS E EDUCACIONAIS ENTRE 1995 E 2022

2022	Privada	Privada	971.476	115.783
------	---------	---------	---------	---------

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Censo da Educação Básica publicado pelo Inep.

A análise das matrículas totais no ensino médio no Brasil aponta que entre 1995 e 2006 (6.389.548) houve aumento geral neste indicador, com alguns anos apresentando uma ligeira queda, como em 1996 (4.867.233) e 2001 (5.241.349). No entanto, o crescimento é notável, especialmente em 2004 (6.218.868) e 2005 (6.356.023), com um aumento substancial em 2007 (9.991.593) e 2008 (10.020.327), ano em que há o maior número de matrículas. O ano de 2007 mostra um aumento significativo comparado a 2006, de 56,4%. Entre 2008 (10.020.327) e 2010 (9.786.028), há estabilidade das matrículas com leve declínio. Entretanto, no período de 2011 (9.766.397) a 2022 (8.949.302) o declínio permanece trazendo impacto em função do longo período.

O aumento significativo nas matrículas em 2008 pode ser atribuído à implementação de diversas políticas educacionais no Brasil, que visavam expandir o acesso à educação básica e melhorar a qualidade do ensino. Entre as políticas mais relevantes destacamos o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007, que incluía o programa Mais Educação, cujos objetivos giravam em torno da ampliação da jornada escolar e da oferta de atividades complementares, incentivando a permanência dos alunos na escola; e a implementação do Fundeb, em 2007, assegurando financiamento mais equitativo, abrangendo também o ensino médio, o que também parece ter contribuído.

O quadro 2 também evidencia que a rede pública se manteve majoritária ao longo de todo o tempo, representando 78,3% do total de matrículas em 1995 e 89,1% em 2022. Entre 1995 e 2007, houve um crescimento acentuado nas matrículas públicas, atingindo 92% em 2004, 2005 e 2006. A partir de 2007, observou-se um leve declínio, estabilizando-se em 89% até 2022. Por outro lado, a rede privada iniciou o período representando 21,7% das matrículas, encerrando com 11,9%. Esse declínio foi mais acentuado até 2006, quando a rede privada representava 9,4% das matrículas, seguido por um leve aumento, oscilando entre 10% e 12% entre 2007 e 2022.

Na rede pública, a oferta estadual representava 90,5% das matrículas públicas em 1995, aumentando para 94,8% em 2022, com um pico de 95,7% em 2007 e pequenas flutuações ao longo do período. A rede federal, que detinha 2,7% das matrículas públicas em 1995, diminuiu sua participação para 1% em 2001, mas gradualmente se recuperou, atingindo 3,1% em 2022. Em 2019, a participação da rede federal foi de 3%. As matrículas municipais, que representavam 6,9% das matrículas públicas em 1995, mostraram um declínio contínuo ao longo do período, encerrando em 2022 com apenas 0,8% das matrículas públicas.

Esse movimento entre as matrículas públicas se explica tendo em vista o estabelecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, que determina que a “[...] a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino”

(Brasil, 1996). O dispositivo regulamenta que cabe aos Estados assegurarem o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio; enquanto, aos Municípios cabe a oferta da educação infantil, e do ensino fundamental, prioritariamente. A atuação é permitida em outros níveis de ensino quando estiverem plenamente atendidas as necessidades da competência, considerando os recursos vinculados pela Constituição Federal para manutenção e desenvolvimento do ensino (Brasil, 1996).

Outrossim, a partir da instituição da Lei nº 11.892/2008, que fundou os Institutos Federais — os quais incorporaram, inclusive, unidades das Escolas Agrotécnicas Federais —, o número de unidades federais ofertantes do ensino médio foi ampliado. Essa expansão dos Institutos Federais fez com que as matrículas nessa rede aumentassem. Apesar disso, a oferta da rede federal representa muito pouco na oferta total desse nível de ensino no Brasil.

Outro aspecto observado no quadro refere-se à oferta da Educação de Jovens e Adultos no ensino médio. A oferta representava 8,1% das matrículas totais no ensino médio (público e privado), e, com ampliação gradual, a EJA passa a representar 25,5% em 2006, com queda a partir de então, apresentando flutuação entre 17% e 18% em 2007, 2008 e 2009; e 15% entre 2011 e 2015; um ligeiro aumento entre 2016 e 2019, orbitando em 17% nesse período, até chegar, em 2022, a 13,6% das matrículas totais.

A análise da EJA por rede indica o mesmo movimento das matrículas totais: a rede pública estadual é majoritária. Em 1996, 52,5% das matrículas na EJA eram dessa rede; em 2007, esse percentual passou a ser de 90,1%, e, em 2022, a rede encerrou o período representando 86,5% das matrículas. A oferta da rede municipal se manteve entre 4,1% e 2,1% durante todo o período. A oferta da rede federal é incipiente: somente em 2010 alcançou 1% da oferta total e, até 2022, manteve esse percentual.

A rede privada era a segunda maior rede ofertante; em 1996, representava 43%, apresentando queda até 2013, quando passou a representar 7,7%, seguida de leve crescimento que fez o percentual alcançar 10,7% da oferta total.

Os dados revelam que a EJA — necessária para assegurar oportunidades educacionais a uma parcela significativa da população que, por diferentes motivos, não pôde completar seus estudos na idade regular — tem sido um importante instrumento de inclusão, especialmente considerando que a educação básica na idade de referência não está universalizada.

Para aprofundamento no tocante à dualidade educacional brasileira, optamos por analisar a oferta do Ensino Médio Integrado (regular e EJA) e Normal, sem considerar as matrículas em cursos concomitantes e subsequentes de Educação Profissional e Tecnológica, tendo em vista nossas análises e problematizações acerca do tema, reconhecendo que a dualidade nos percursos formativos segundo a classe social dos estudantes tem sido historicamente conservada, apesar de políticas progressistas recentes terem viabilizado caminhos de superação dessa dualidade. O quadro 3 apresenta as matrículas no Ensino Médio Integrado (regular e da EJA).

RESULTADOS DAS POLÍTICAS DE ENSINO MÉDIO NO BRASIL: ANÁLISE DOS INDICADORES DEMOGRÁFICOS E EDUCACIONAIS ENTRE 1995 E 2022

Quadro 3 - Matrículas no Ensino Médio Integrado (Regular e EJA) e Normal entre 1996 e 2022

Ano do Censo	Rede de Ensino	Dependência Administrativa	Matrículas no Ensino Médio Integrado (Regular e EJA) e Normal	% da dependência administrativa
1996	Matrículas Públicas e Privadas		2.278.370	
1996	Pública	Federal	96677	4%
1996	Pública	Estadual	1564431	69%
1996	Pública	Municipal	207759	9%
1996	Privada	Particular	409503	18%
1997	Matrículas Públicas e Privadas		2.220.552	
1997	Pública	Federal	110062	5%
1997	Pública	Estadual	1456565	66%
1997	Pública	Municipal	230136	10%
1997	Privada	Particular	423789	19%
1998	Matrículas Públicas e Privadas		1.799.647	
1998	Pública	Federal	90743	5%
1998	Pública	Estadual	1159723	64%
1998	Pública	Municipal	189698	11%
1998	Privada	Particular	359483	20%
1999	Matrículas Públicas e Privadas		1.323.910	
1999	Pública	Federal	74929	6%
1999	Pública	Estadual	796756	60%
1999	Pública	Municipal	141817	11%
1999	Privada	Particular	310408	23%
2000	Matrículas Públicas e Privadas		868.244	
2000	Pública	Federal	47551	5%
2000	Pública	Estadual	503603	58%
2000	Pública	Municipal	102942	12%
2000	Privada	Particular	214148	25%
2001	Matrículas Públicas e Privadas		360.398	
2001	Pública	Federal	22811	6%
2001	Pública	Estadual	194385	54%
2001	Pública	Municipal	33570	9%
2001	Privada	Particular	109632	30%
2002	Matrículas Públicas e Privadas		358.762	
2002	Pública	Federal	13584	4%
2002	Pública	Estadual	220710	62%
2002	Pública	Municipal	37847	11%
2002	Privada	Particular	86621	24%
2003	Matrículas Públicas e Privadas		353.823	
2003	Pública	Federal	7262	2%
2003	Pública	Estadual	251226	71%
2003	Pública	Municipal	38269	11%
2003	Privada	Particular	57066	16%
2004	Matrículas Públicas e Privadas		339.594	
2004	Pública	Federal	774	0%
2004	Pública	Estadual	266074	78%
2004	Pública	Municipal	41420	12%
2004	Privada	Particular	31326	9%
2005	Matrículas Públicas e Privadas		439.022	
2005	Pública	Federal	6508	1%
2005	Pública	Estadual	331610	76%
2005	Pública	Municipal	47297	11%
2005	Privada	Particular	53607	12%

2006	Matrículas Públicas e Privadas		526.999	
2006	Pública	Federal	15150	3%
2006	Pública	Estadual	385325	73%
2006	Pública	Municipal	48323	9%
2006	Privada	Particular	78201	15%
2007	Matrículas Públicas e Privadas		306.082	
2007	Pública	Federal	32008	10%
2007	Pública	Estadual	209121	68%
2007	Pública	Municipal	34688	11%
2007	Privada	Privada	30265	10%
2008	Matrículas Públicas e Privadas		344.344	
2008	Pública	Federal	55.671	16%
2008	Pública	Estadual	227.508	66%
2008	Pública	Municipal	30.920	9%
2008	Privada	Privada	30.245	9%
2009	Matrículas Públicas e Privadas		390.007	
2009	Pública	Federal	72196	19%
2009	Pública	Estadual	252422	65%
2009	Pública	Municipal	30924	8%
2009	Privada	Privada	34465	9%
2010	Matrículas Públicas e Privadas		436.474	
2010	Pública	Federal	90215	21%
2010	Pública	Estadual	285743	65%
2010	Pública	Municipal	26970	6%
2010	Privada	Privada	33546	8%
2011	Matrículas Públicas e Privadas		464.512	
2011	Pública	Federal	106908	23%
2011	Pública	Estadual	302637	65%
2011	Pública	Municipal	23573	5%
2011	Privada	Privada	31394	7%
2012	Matrículas Públicas e Privadas		468.170	
2012	Pública	Federal	119064	25%
2012	Pública	Estadual	293715	63%
2012	Pública	Municipal	21546	5%
2012	Privada	Privada	33845	7%
2013	Matrículas Públicas e Privadas		499.932	
2013	Pública	Federal	130758	26%
2013	Pública	Estadual	314328	63%
2013	Pública	Municipal	17799	4%
2013	Privada	Privada	37047	7%
2014	Matrículas Públicas e Privadas		511.087	
2014	Pública	Federal	139050	27%
2014	Pública	Estadual	311745	61%
2014	Pública	Municipal	15726	3%
2014	Privada	Privada	44566	9%
2015	Matrículas Públicas e Privadas		524.745	
2015	Pública	Federal	143443	27%
2015	Pública	Estadual	330975	63%
2015	Pública	Municipal	14418	3%
2015	Privada	Privada	35909	7%
2016	Matrículas Públicas e Privadas		566.345	
2016	Pública	Federal	160301	28%
2016	Pública	Estadual	365543	65%
2016	Pública	Municipal	13696	2%
2016	Privada	Privada	26805	5%
2017	Matrículas Públicas e Privadas		597.085	
2017	Pública	Federal	182392	31%
2017	Pública	Estadual	377573	63%

RESULTADOS DAS POLÍTICAS DE ENSINO MÉDIO NO BRASIL: ANÁLISE DOS INDICADORES DEMOGRÁFICOS E EDUCACIONAIS ENTRE 1995 E 2022

2017	Pública	Municipal	12987	2%
2017	Privada	Privada	24133	4%
2018	Matrículas Públicas e Privadas		626.739	
2018	Pública	Federal	201288	32%
2018	Pública	Estadual	389933	62%
2018	Pública	Municipal	11700	2%
2018	Privada	Privada	23818	4%
2019	Matrículas Públicas e Privadas		664.771	
2019	Pública	Federal	216310	33%
2019	Pública	Estadual	415349	62%
2019	Pública	Municipal	11030	2%
2019	Privada	Privada	22082	3%
2020	Matrículas Públicas e Privadas		733.599	
2020	Pública	Federal	226608	31%
2020	Pública	Estadual	471223	64%
2020	Pública	Municipal	10790	1%
2020	Privada	Privada	24978	3%
2021	Matrículas Públicas e Privadas		774.269	
2021	Pública	Federal	221753	29%
2021	Pública	Estadual	516442	67%
2021	Pública	Municipal	11493	1%
2021	Privada	Privada	24581	3%
2022	Matrículas Públicas e Privadas		857.359	
2022	Pública	Federal	222056	26%
2022	Pública	Estadual	562085	66%
2022	Pública	Municipal	12645	1%
2022	Privada	Privada	60573	7%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Censo da Educação Básica publicado pelo Inep.

Os dados apontam que, entre 1996 (2.278.370) e 2000 (869.244), houve uma queda brusca das matrículas. A redução decorre da implementação das políticas (Decreto nº 2.208/1997 e Resolução CNE/CEB nº 3/1998) de separação do ensino médio da educação profissional, que determinaram que o ensino médio e a educação profissional deveriam se manter apartados, preservando a dualidade educacional e social num contexto político e econômico alinhado à política neoliberal. Assim, o ensino médio assumiu legalmente um caráter exclusivamente propedêutico, enquanto os cursos técnicos, agora obrigatoriamente separados do ensino médio, passaram a ser oferecidos de duas formas distintas (concomitante ou subsequente).

Entre 2001 e 2004, as matrículas flutuam entre 360.398 e 339.594, respectivamente. O movimento de redução das matrículas do ensino médio integrado é alterado com a promulgação do Decreto nº 5.154/2004, que regulamentou a articulação entre o ensino médio e a educação profissional. Entre 2005 e 2014, as matrículas flutuaram entre 439.022 e 511.087.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 estabeleceu a Meta 11, que visa “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público” (Brasil, 2014). Embora a meta não se concentre exclusivamente na oferta integrada, os indicadores de medição consideram as matrículas concomitantes e subsequentes para

o cumprimento da meta. Observou-se um movimento de ampliação das matrículas no ensino médio integrado, resultando em um crescimento significativo de 2015 (524.745 matrículas) até 2022 (857.359 matrículas)

O exame das matrículas por rede de ensino e dependência administrativa demonstra que a rede pública detém a maior parte das matrículas durante todo o período, com um movimento crescente dessa oferta: 82% em 1996 e 93% em 2022.

A análise da oferta pública indica que a rede pública federal permaneceu instável entre 1996 e 2009, apresentando oscilações entre menos de 1% da oferta e 6%. Entretanto, a partir de 2008, ano em que é instituída e ampliada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da Lei nº 11.892/2008, nota-se um crescimento ascendente de 16% a 33% entre 2008 e 2019, evidenciando os resultados da expansão. A partir de 2020, as matrículas apresentam uma relativa redução, passando a representar 31%, 29% e 26% do total.

As matrículas da rede estadual se mantiveram majoritárias durante todo o período, oscilando entre 69% e 66% em 1996 e 2022, respectivamente, tendo um pico em 2004, quando passou a representar 78% do total das matrículas.

O movimento da rede municipal é decrescente no período, variando entre 9% e 1% em 1996 e 2022, tendo oscilações entre 9% e 12% no período entre 1996 e 2008, e declínio de 8% a 1% no período entre 2009 e 2022. Movimento semelhante é notado na rede privada, que ascende até 2001 (30%), quando passa a decrescer até 7% em 2022.

Apesar de os efeitos das políticas não serem síncronos, o panorama exposto indica resultados das políticas implementadas nos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, apontando o estabelecimento de diferentes modos de regulação do Estado brasileiro quanto à última etapa da educação básica, ora conservando a dualidade, ora viabilizando a oferta integrada. Essa constituição no tempo e no espaço tem efeitos na educação brasileira nos níveis básico e superior, podendo estreitar ou ampliar também o acesso ao nível mais elevado da educação brasileira.

3.3 CONCLUINTE DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO ENTRE 1995 E 2022

Buscando conhecer a dimensão do acesso no que se refere ao sucesso escolar, examinamos o número de concluintes do ensino médio, considerando o número total de concluintes e os concluintes dos cursos integrados no período do estudo.

Em nota enviada por ocasião da solicitação dos dados sobre os concluintes, o Inep informou que, devido à mudança na sistemática de coleta de dados da Educação Básica em 2007, o instituto não coletou os concluintes de 2006. O quadro 4 apresenta os dados referentes aos concluintes do ensino médio no Brasil entre 1995 e 2022, incluindo a estratificação dos concluintes do ensino médio integrado e do regular.

RESULTADOS DAS POLÍTICAS DE ENSINO MÉDIO NO BRASIL: ANÁLISE DOS INDICADORES DEMOGRÁFICOS E EDUCACIONAIS ENTRE 1995 E 2022

Quadro 4 - Concluintes do Ensino Médio regular e do Ensino Médio Integrado (regular e EJA) entre 1995 e 2022

Ano	Rede de Ensino	Dependência Administrativa	Concluintes Ensino Médio	Concluintes Ensino Médio Integrado
1995	Total de Concluintes		917.298	301.018
1995	Pública	Federal	15.668	11.419
1995	Pública	Estadual	607.601	182.706
1995	Pública	Municipal	51.226	24.758
1995	Privada	Particular	242.803	76.557
1996	Total de Concluintes		1.163.788	368.787
1996	Pública	Federal	21.019	17.595
1996	Pública	Estadual	769.489	225.679
1996	Pública	Municipal	64.566	30.921
1996	Privada	Particular	308.714	94.592
1997	Total de Concluintes		1.330.150	404.314
1997	Pública	Federal	24.985	21.539
1997	Pública	Estadual	892.901	245.929
1997	Pública	Municipal	73.919	34.414
1997	Privada	Particular	338.345	102.432
1998	Total de Concluintes		1.535.943	414.659
1998	Pública	Federal	26.017	21.162
1998	Pública	Estadual	1.067.478	245.518
1998	Pública	Municipal	80.648	37.586
1998	Privada	Particular	361.800	110.393
1999	Total de Concluintes		1.786.827	303.032
1999	Pública	Federal	28.556	20.740
1999	Pública	Estadual	1.304.594	151.635
1999	Pública	Municipal	86.830	34.272
1999	Privada	Particular	366.847	96.385
2000	Total de Concluintes		1.836.130	156.764
2000	Pública	Federal	28.143	12.121
2000	Pública	Estadual	1.390.815	77.487
2000	Pública	Municipal	65.215	10.706
2000	Privada	Particular	351.957	56.450
2001	Total de Concluintes		1.855.419	112.455
2001	Pública	Federal	20.702	5.223
2001	Pública	Estadual	1.415.525	36.363
2001	Pública	Municipal	57.209	6.603
2001	Privada	Particular	361.983	64.266
2002	Total de Concluintes		1.884.874	50.068
2002	Pública	Federal	18.732	2.449
2002	Pública	Estadual	1.493.321	19.689
2002	Pública	Municipal	47.203	4.122
2002	Privada	Particular	325.618	23.808
2003	Total de Concluintes		1.851.834	53.946
2003	Pública	Federal	18.480	141
2003	Pública	Estadual	1.476.814	44.320
2003	Pública	Municipal	40.467	4.176
2003	Privada	Particular	316.073	5.309
2004	Total de Concluintes		1.879.044	82.122
2004	Pública	Federal	16.067	498
2004	Pública	Estadual	1.505.014	64.979
2004	Pública	Municipal	39.101	5.605
2004	Privada	Particular	318.862	11.040
2005	Total de Concluintes		1.858.615	64.994
2005	Pública	Federal	14.316	723
2005	Pública	Estadual	1.507.099	51.316
2005	Pública	Municipal	35.130	5.212
2005	Privada	Particular	302.070	7.743

2006	Total de Concluintes		-	-
2006	Pública	Federal	-	-
2006	Pública	Estadual	-	-
2006	Pública	Municipal	-	-
2006	Privada	Particular	-	-
2007	Total de Concluintes		1.736.199	81.545
2007	Pública	Federal	15.271	2.510
2007	Pública	Estadual	1.442.269	60.705
2007	Pública	Municipal	35.138	10.042
2007	Privada	Particular	243.521	8.288
2008	Total de Concluintes		1.761.611	63.497
2008	Pública	Federal	14.515	5.047
2008	Pública	Estadual	1.447.233	42.292
2008	Pública	Municipal	30.716	7.793
2008	Privada	Particular	269.147	8.365
2009	Total de Concluintes		1.797.637	76.202
2009	Pública	Federal	13.899	7.027
2009	Pública	Estadual	1.482.107	51.831
2009	Pública	Municipal	29.425	8.532
2009	Privada	Particular	272.206	8.812
2010	Total de Concluintes		1.784.210	86.016
2010	Pública	Federal	17.010	10.690
2010	Pública	Estadual	1.474.256	58.120
2010	Pública	Municipal	22.847	7.393
2010	Privada	Particular	270.097	9.813
2011	Total de Concluintes		1.814.819	106.504
2011	Pública	Federal	16.468	11.938
2011	Pública	Estadual	1.502.378	80.138
2011	Pública	Municipal	20.351	6.061
2011	Privada	Particular	275.622	8.367
2012	Total de Concluintes		1.866.253	102.687
2012	Pública	Federal	16.274	11.598
2012	Pública	Estadual	1.535.469	75.569
2012	Pública	Municipal	17.901	5.867
2012	Privada	Particular	296.609	9.653
2004	Total de Concluintes		1.833.965	107.016
2013	Pública	Federal	23.754	19.476
2013	Pública	Estadual	1.490.482	71.968
2013	Pública	Municipal	15.382	5.113
2013	Privada	Particular	304.347	10.459
2014	Total de Concluintes		1.898.309	110.242
2014	Pública	Federal	25.143	21.027
2014	Pública	Estadual	1.551.493	73.771
2014	Pública	Municipal	14.513	4.457
2014	Privada	Particular	307.160	10.987
2015	Total de Concluintes		1.867.010	108.965
2015	Pública	Federal	24.681	20.935
2015	Pública	Estadual	1.530.202	71.496
2015	Pública	Municipal	13.271	4.420
2015	Privada	Particular	298.856	12.114
2016	Total de Concluintes		1.824.376	108.343
2016	Pública	Federal	25.669	21.309
2016	Pública	Estadual	1.506.184	76.567
2016	Pública	Municipal	11.305	3.424
2016	Privada	Particular	281.218	7.043
2017	Total de Concluintes		1.925.857	124.872
2017	Pública	Federal	32.133	28.311
2017	Pública	Estadual	1.585.109	86.149

RESULTADOS DAS POLÍTICAS DE ENSINO MÉDIO NO BRASIL: ANÁLISE DOS INDICADORES DEMOGRÁFICOS E EDUCACIONAIS ENTRE 1995 E 2022

2017	Pública	Municipal	12.293	3.095
2017	Privada	Particular	296.322	7.317
2018	Total de Concluintes		1.880.161	139.768
2018	Pública	Federal	38.587	35.283
2018	Pública	Estadual	1.557.304	94.301
2018	Pública	Municipal	11.781	3.943
2018	Privada	Particular	272.489	6.241
2019	Total de Concluintes		1.889.296	138.860
2019	Pública	Federal	44.803	40.921
2019	Pública	Estadual	1.558.900	88.048
2019	Pública	Municipal	11.082	3.100
2019	Privada	Particular	274.511	6.791
2020	Total de Concluintes		1.782.480	121.086
2020	Pública	Federal	36.498	32.560
2020	Pública	Estadual	1.463.531	79.351
2020	Pública	Municipal	10.931	3.073
2020	Privada	Particular	271.520	6.102
2021	Total de Concluintes		2.072.852	159.845
2021	Pública	Federal	44.511	40.195
2021	Pública	Estadual	1.733.403	110.775
2021	Pública	Municipal	12.136	3.075
2021	Privada	Particular	282.802	5.800
2022	Total de Concluintes		1.946.004	187.335
2022	Pública	Federal	51.451	46.693
2022	Pública	Estadual	1.597.458	123.984
2022	Pública	Municipal	11.163	2.835
2022	Privada	Particular	285.932	13.823

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Censo da Educação Básica publicado pelo Inep.

Os dados indicam uma rampa de crescimento no número de concluintes; assim, houve duplicação do número de concluintes, com crescimento de 212% (de 917.298 para 1.946.004), movimento similar ao observado nas matrículas no ensino médio. Ao observarmos os dados de concluintes do ensino médio integrado, notamos que há um movimento inverso, fruto das políticas de desarticulação do ensino médio da educação profissional: há uma queda que fez com que, em 2022, o número de concluintes representasse 62% do número total de concluintes de 1995, fazendo com que a representatividade dos concluintes do integrado caísse de 33% para 10% do total.

A rede pública estadual representa 66% do total de concluintes; em 2003, chega a 80% e, em 2022, finaliza o período com 82%. A rede privada inicia o período com 26% dos concluintes e finaliza com 15%, apresentando declínio compatível com a redução das matrículas. A rede municipal representava 6% em 1995 e 1% dos concluintes em 2022. A rede federal começa o período com 2% e termina com 3%.

Esse cenário indica resultados de políticas como o Fundeb, que promoveu a redistribuição de recursos para garantir maior equidade no financiamento da educação básica; a expansão da Rede Federal de Educação; e o Plano Nacional de Educação 2014-2024, que estabeleceu metas e estratégias para a educação, impactando as redes públicas. Tais políticas também afetaram diametralmente a rede privada, que cresce quando a oferta pública é escassa.

Inferimos que os dados referentes aos concluintes do ensino médio explicam também a expansão da educação superior, uma vez que os dois níveis da educação brasileira se conectam pela última etapa da educação básica, que é ponto de inflexão na vida dos jovens brasileiros.

Barros (2015), ao analisar a expansão da educação superior, chama a atenção para seus limites, destacando o baixo percentual da população jovem que frequenta esse nível de educação. A autora defende a reflexão sobre as políticas direcionadas para a expansão e democratização do ensino superior em sua relação com a educação básica, ressaltando a importância do comprometimento do Estado e da sociedade civil com a melhoria e qualidade desta última, especialmente a pública.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo evidenciam que as políticas educacionais implementadas no ensino médio brasileiro, entre 1995 e 2022, expressam diferentes modos de regulação do Estado que, embora tenham promovido a ampliação formal do acesso, não foram capazes de superar as desigualdades estruturais que atravessam essa etapa da educação básica. À luz do materialismo histórico-dialético, tais políticas devem ser compreendidas como mediações de uma totalidade social marcada pela contradição entre democratização normativa do direito à educação e reprodução das desigualdades sociais.

A análise dos indicadores educacionais e demográficos revelou avanços significativos na adequação idade-etapa da população de 15 a 17 anos e no volume de matrículas e concluintes do ensino médio. Contudo, esses avanços ocorreram de forma desigual, com forte centralidade da rede pública estadual e redução relativa da oferta municipal e privada, reafirmando a função seletiva do ensino médio no interior do sistema educacional brasileiro.

No que se refere ao ensino médio integrado, os dados evidenciam o impacto direto das reformas educacionais sobre os percursos formativos dos estudantes. A desarticulação promovida a partir de 1997 reforçou a dualidade educacional ao separar formação geral e formação profissional, enquanto a rearticulação instituída em 2004 viabilizou, ainda que de forma limitada, políticas voltadas ao prosseguimento de estudos, tensionando a lógica do encaminhamento precoce ao trabalho.

A discrepância entre o percentual de matrículas e o de concluintes na rede pública estadual explicita que o acesso ampliado não se converte automaticamente em permanência e conclusão escolar. Essa constatação reafirma o ensino médio como ponto de inflexão nas trajetórias educacionais dos jovens brasileiros, especialmente daqueles oriundos das classes populares, cujas condições materiais de existência incidem diretamente sobre o sucesso escolar. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua confirmam que a não conclusão do ensino médio está fortemente associada a determinações econômicas e sociais, como a necessidade de inserção precoce no trabalho e a realização de atividades domésticas e de cuidado.

Nesse sentido, os resultados demonstram que os diferentes modos de regulação do ensino médio combinaram, ao longo do período analisado, expansão controlada do acesso, seletividade interna e reprodução das desigualdades educacionais. A totalidade dos indicadores analisados evidencia a contradição entre a retórica da democratização da educação e a materialidade das trajetórias escolares, nas quais a ampliação do acesso convive com mecanismos de exclusão no interior do próprio sistema educacional, tanto na educação básica quanto na educação superior.

Conclui-se, portanto, que as transformações observadas no período refletem disputas entre projetos societários distintos, materializados em políticas educacionais que ora concorrem entre si, ora se ajustam às exigências da reprodução social, reafirmando o caráter historicamente determinado das políticas de ensino médio no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Maria Helena de Souza. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 361–378, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/9Kk9f6q9V9Q6m7J7d7t7c7p/>. Acesso em: 14 mar. 2021.
- BRASIL. Emenda constitucional nº 59/2009, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta dispositivos à Constituição Federal para tratar da obrigatoriedade da educação básica. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 12/11/2009, Página 8. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2009/emendaconstitucional-59-11-novembro-2009-592136-publicacaooriginal-117213-pl.html>. Acesso em: 14 mar. 2021.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 23/12/1996, Página 27833. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14 mar. 2021.
- BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 21/6/2007, Página 7. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11494-20-junho-2007-555612-norma-pl.html>. Acesso em: 14 mar. 2023.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 30/12/2008, Página 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11892-29-dezembro-2008-585085-norma-pl.html>. Acesso em: 28 mar. de 2023.
- CUNHA, L. A. Ensino Médio: atalho para o passado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 373-384, abr./jun. 2017.
- GATTI, Bernardete Angelina. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/6m9p4q8J7tYkFJt7n1g6m6M/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995, 2009, 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE)**: Biênio 2014-2016. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quarto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf. Acesso em: 28 set 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Sinopse Estatística da Educação Básica**. [on-line]. Brasília: Inep, 1995 - 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso: 11 dez. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Microdados do Censo da Educação Básica**. Brasília: Inep, 1995–2022.

KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, abr./jun. 2017.

LIMA, Marise. **Trabalho e educação no Brasil**: da formação para o mercado ao mercado da formação. Curitiba: CRV, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MOTTA, V. C.; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, abr./jun. 2017.

POCHMAN, M.; FERREIRA, E. B. Escolarização de jovens e igualdade no exercício do direito à educação no Brasil: embates do início do século XXI. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1241-1267, out./dez. 2016.

SILVA JUNIOR, J. R.; LUCENA, C.; FERREIRA, L. R. As relações entre o ensino médio e a educação superior no Brasil: profissionalização e privatização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 839-856, jul./set. 2011.

TEIXEIRA, Zilka Sulamita. Políticas de acesso à educação superior pública no Brasil: Análise da regulação estatal e dos indicadores demográficos e educacionais (1995-2022). 215 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2024.

ZIBAS, D. M. L. Refundar o ensino médio? Alguns antecedentes e atuais desdobramentos das políticas dos anos de 1990. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1067-1086, out. 2005.